

## ARTIGOS

## Educação, terra e liberdade: Formação nos princípios educacionais do MST

Carlos Bauer

**RESUMO:** O presente ensaio apresenta sucintamente algumas passagens da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas influências políticas e seus princípios educacionais. Além disso, busca apontar que os cursos de formação de professores em países com forte tradição rural, desmedida concentração fundiária e importância política e econômica da agricultura como um dos traços mais marcantes da sua história social não podem prescindir de discutir, com os seus interessados, determinados aspectos nevrálgicos dessa realidade camponesa muito presente no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** MST, história social da educação, princípios políticos e educacionais.

**ABSTRACT:** This paper presents briefly some passages in the history of the Landless Rural Workers Movement (MST), their political influence and their educational principles. It also seeks to point out that teacher training courses in countries with strong rural tradition, excessive land concentration and political and economic importance of agriculture as one of the most striking features of his social history cannot do without discussing with its stakeholders, certain nerve center of this peasant reality very present in Brazil.

**KEYWORDS:** MST, social history of education, political and educational principles.

## INTRODUÇÃO

Os cursos de formação de professores em países com forte tradição rural, desmedida concentração fundiária e importância política e econômica da agricultura como um dos traços mais marcantes da sua história social não podem prescindir de discutir, com os seus interessados, determinados aspectos nevrálgicos da questão agrária presentes no Brasil. Imbuído dessa preocupação, o presente ensaio apresenta sucintamente algumas passagens da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas influências políticas e seus princípios educacionais, e faz ainda a sugestão do uso didático de filmes e músicas aos docentes que atuam no ensino médio, na formação de professores e nos cursos de licenciaturas e que estão dispostos a trabalhar criticamente a questão agrária com os seus alunos em sala de aula.

O MST nasceu em decorrência de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar entre 1978 e 1985. Esse processo compreende o movimento contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo. Nesse período de luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas reivindicativas de melhoria de suas condições de vida conquistando novos espaços de atuação e de manifestação dos seus interesses no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas começaram com as experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais autoritárias vigentes. Os desafios se apresentavam no avanço da organização em relação aos partidos políticos legais e clandestinos, nas rupturas com tradições e práticas conhecidas e no rompimento com esquemas populistas e clientelistas do passado, com isso, rompendo com as estruturas vigentes, desafiando-se e criando um novo processo de conquistas na luta pela terra.

A formação de inúmeros movimentos sociais foi um processo profundamente marcante no cenário político nacional, pois representou um espaço de atuação conquistado pelas diversas experiências e mobilizações populares, como é o caso do MST, fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram instauradas a partir da década de 1970, especialmente na região centro-sul, e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados e segue com os mesmos objetivos e princípios políticos e sociais definidos nessa ocasião e, posteriormente, ratificados no I Congresso Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Curitiba, no ano 1985. Como principais objetivos estão as lutas pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

## SOBRE AS RAÍZES HISTÓRICAS DO MST

Quando buscamos as raízes históricas do MST faz-se importante dizer que esse é um movimento que surgiu fortemente ligado à Igreja Católica. Isso representa um importante componente político, apesar de não ser nenhuma novidade histórica, já que a maior parte dos movimentos sociais contou, a partir da década de 1970, com uma influência bastante grande e bem visível de alguns setores do clero católico, principalmente os que buscavam inspiração na Encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra) do Papa João XXIII sobre “a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade” e nos fundamentos emancipatórios da teologia da libertação. Mesmo nos anos de auge do regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) produziram ambientes políticos nos quais os trabalhadores encontraram condições para se organizarem e, assim, lutarem contra as injustiças e por seus direitos sociais.

Nos idos de 1960, o presidente João Goulart, com o apoio do então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendia que a reforma agrária deveria ser instaurada com o objetivo de aumentar a produção agrícola do país e ampliar o mercado interno. Para ele, esse gesto poderia concretizar outra bandeira de seu governo: o desenvolvimento da indústria nacional. Com esse intuito, o governo Goulart estimulou a formação de uma insólita aliança com a Igreja e os comunistas – a chamada Política de Frente Única – que buscava realizar mudanças profundas nas relações agrárias no Brasil e, ao mesmo tempo, combater as Ligas Camponesas que naquele momento assumiam uma posição mais radical – a revolução camponesa.

O MST não tem o radicalismo de esquerda que está presente em outros grupos latino-americanos como os do Peru (Sendero Luminoso, Tupac-Amaru), nem a identidade dada pelos vínculos étnico-culturais dos zapatistas de Chiapas, no México, ou dos aymaras da Bolívia. Ele se definiu e criou sua identidade por uma ausência: ser sem-terra. Criou também ícones emblemáticos para essa identidade, que se materializam nos bonés e nas bandeiras vermelhas, facilmente identificáveis. O movimento tem um modelo de reforma agrária moderno, que inova a pauta de reivindicações dos trabalhadores ao introduzir na agenda questões relativas ao acesso e à democratização do crédito, à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, assim como tem contribuído para a divulgação a esfera público-estatal e de suas responsabilidades em assegurar o exercício da cidadania para a população do campo. Entretanto, seu modelo de reforma agrária tem encontrado muitas dificuldades e barreiras na atual conjuntura das políticas neoliberais de desregulamentação do papel do Estado na economia, de fortalecimento do agronegócio e de crescente presença dos produtos agrícolas na balança comercial brasileira. Trata-se de um modelo que depende de fundos públicos para desapropriar áreas, de auxílio à implantação dos assentamentos, de investimentos na agricultura familiar e de questionamento da monocultura da soja, do setor agro-sucro-alcooleiro, etc.

### **ALGUMAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS E FORMATIVAS DESTINADAS AOS TRABALHADORES RURAIS**

As iniciativas educacionais destinadas aos trabalhadores rurais estiveram muito dependentes de setores da Igreja ou de campanhas oficiais de alfabetização de adultos. Podemos nos lembrar de iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Minerva e o Projeto Rondon que, embora estivessem centrados na alfabetização de adultos, tratavam também de outras questões como direitos trabalhistas, legislação previdenciária, reforma agrária, etc. A essas bandeiras, principalmente no caso das experiências protagonizadas pela Igreja Católica por meio de suas pastorais, se somam a defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Nesse cenário complexo e muitas vezes buscando superar os vários desafios que se mantinham como uma herança maldita do período anterior, a proposta do MST tem como objetivo a alfabetização de jovens e adultos e a discussão do trabalho cooperativo no assentamento. Esse é um processo lento, pois o adulto tem mais resistência ao aprender a ler e a escrever, uma vez que, no entender de alguns assentados, para trabalhar na terra não há essa necessidade. Por outro lado, eles sentem a necessidade de alcançar a organização de associações ou cooperativas de pequenos produtores e, para tal, é fundamental a educação comprometida com o ler e o escrever e, acima de tudo, com a emancipação política e cultural dos assentados.

A tendência ascendente das lutas dos trabalhadores rurais, associada ao contexto de efervescência política do período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964, quando a bandeira da reforma

agrária tinha um extraordinário significado político, forçou o Estado a absorver algumas demandas dessa importante parcela da população brasileira. Os direitos sociais e trabalhistas desses trabalhadores rurais foram reconhecidos nesse período e consolidados em alguns desses marcos legais, como o direito à organização sindical e a criação do Estatuto do Trabalhador Rural a partir de 1963, além do Estatuto da Terra, promulgado em 1965. Por meio desses instrumentos, o Estado procurava estender ao campo os mesmos direitos (mas também alguns dos mesmos instrumentos de controle) conferidos ao conjunto dos trabalhadores desde a instituição, na década de 1930, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entretanto, essa consolidação ocorreu com muita luta e até mesmo com o sacrifício da vida de incontáveis trabalhadores rurais.

Exatamente pela compreensão dessa problemática realidade, o Setor de Educação do MST enfatiza o trabalho com os temas assentamento, luta, trabalho no assentamento, etc., sempre destacando os alunos como sujeitos do processo de conquista da terra. A proposta parte da realidade para contextos mais amplos. O objetivo é não ficar somente na descrição da realidade, já que ela é apenas o ponto de partida das discussões.

Anteriormente, a tônica das atividades formativas e educacionais girava em torno da preparação das lideranças para o conhecimento das leis e para uma prática social que tinha na cobrança pelo seu cumprimento o eixo da ação, apesar de esse não ser o limite de sua atuação. Aparecia também como destaque a questão da gestão do universo rural, na qual se tinha como meta padronizar sua organização em todo o país. Simultaneamente a isso, a política estatal procurava influenciar tanto os técnicos quanto os dirigentes políticos dos trabalhadores rurais, numa consciente tentativa de uniformização do discurso.

O Estado brasileiro instituiu uma série de medidas destinadas a estabelecer um determinado padrão de modernização à produção agrícola brasileira, com base na integração da agricultura com os demais setores produtivos (com destaque à indústria de insumos e à indústria de processamentos de alimentos). Efetivamente, esses dois aspectos possibilitaram a instituição de um novo padrão de organização da agricultura e do próprio meio de vida rural.

Essa modernização, tendo em vista o seu caráter conservador, a rapidez e a intensidade com que foi promovida, gerou uma série de situações de conflito que não podiam ser absorvidas pelos instrumentos legais perpetrados com esse fim. As agitações por terra explodiram nesse período, o uso de trabalho forçado cresceu e a exclusão econômica dos pequenos agricultores atingiu números nunca antes vistos. Essa intensificação do conflito social agrário acontecia em um momento em que a ditadura militar começava a enfrentar dificuldades de sustentação em decorrência de um visível esfriamento do chamado milagre brasileiro e de um desgaste perante a opinião pública pelas irrefutáveis evidências de práticas de violência, tortura, perseguição política e restrição de direitos civis.

A formação política do MST se articula decididamente a outra vertente: as chamadas políticas educacionais. Nesse sentido, a luta por educação nos assentamentos e acampamentos é a luta por cidadania, pelo cumprimento das leis e pela transformação social. Portanto, para além da especificidade do MST, é a luta por uma sociedade diferente e por uma escola que seja da classe popular e não para ela. Uma escola que seja do campo e não para o campo. Uma educação que seja do MST, do acampamento, do assentamento e não para o assentamento/acampamento. O desafio que tem sido enfrentado pelo MST é a criação de uma educação que seja construída em conjunto com instituições interessadas em discutir

e gerar um processo educativo diferenciado, reconhecendo o papel que os docentes/pesquisadores universitários podem desenvolver na construção da “educação diferenciada” e respeitando suas autonomias, seus conhecimentos e suas experiências.

Esse flanco da formação política e educacional desenvolvida pelo MST, que, com o crescimento das lutas pelas políticas públicas, aos poucos foi convergindo para a conformação de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável que foram, inclusive, muito alimentados, no interior do MST, pela abordagem temática das tecnologias alternativas e do associativismo e do cooperativismo como possibilidade de servirem à instauração de um novo modelo societário.

O desenvolvimento do projeto político do MST ocorreu e continua ocorrendo em dois campos prioritários de ação: um externo e outro interno ao movimento. No campo externo, o MST busca atualizar suas bandeiras de lutas, além de inovar e massificar suas formas de ação, porém deverá continuar precária a sua capacidade de superar os sectarismos próprios da grande imprensa para com o movimento. No campo interno, o MST promove a unificação, ainda que conflitante e muito difícil, das tendências em disputa no seio de sua organização, gerando uma atualização de sua estrutura organizativa e política com o intuito de avançar no terreno da formatação técnica da produção, da cooperação e, principalmente, da educação.

Tais características são fundamentais para se entenderem os pontos mais marcantes da política e dos princípios educacionais do MST na atualidade. O que ocorre é que os conteúdos, temas e práticas produzidas no campo educativo deverão se dar exatamente onde o projeto político do MST conseguiu resgatar a esperança e a dignidade dos trabalhadores rurais sem-terra: o assentamento.

Mesmo que os analistas e críticos possam apontar alguns problemas dessas propostas educacionais, como também o caráter principista e ideologizado dos seus conteúdos, é necessário reconhecer que está implícito, no projeto educativo do MST, um princípio de que o caminho para a libertação é a conscientização política. Trata-se de uma visão emancipatória inspirada na obra de Paulo Freire.

A forma com que os educadores do MST realizam ou procuram realizar essa conscientização não deve ser vista como uma única e exclusiva vertente ortodoxa das propostas educacionais.

Os projetos educacionais e de formação política do MST contribuíram largamente para aprofundar a capacidade de compreensão da problemática da terra e da exclusão social em nosso país, principalmente quando foi capaz de debater com os gigantes da agroindústria e com os representantes dos governos estaduais e federais sobre a possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento. Entretanto, eles também revelaram fortes barreiras no que diz respeito à incorporação de suas propostas de reforma agrária nas ações governamentais, que implicariam em mudanças estruturais no modelo organizativo do Estado brasileiro.

O MST conseguiu ampliar as relações com outros setores da sociedade brasileira, particularmente com os estudantes e a intelectualidade universitária, e promover uma articulação entre ensino e pesquisa, entre o processo de formação política e técnica de suas lideranças e a educação básica. No interior do MST, a pesquisa é projetada e articulada com o objetivo de relacionar a teoria com a prática, respeitando, além das diferentes faixas etárias, as metodologias educacionais e as exigências específicas de cada realidade em que se produz.

## ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS NO CAMPO

O MST vem se constituindo como uma objetiva e singular expressão da luta do homem do campo para superar as desigualdades às quais está submetido. Quando nos dispomos a observar a coesão manifesta pelos participantes do MST na luta pela aquisição legal da terra, entre outras coisas, percebemos que há uma identidade coletiva, insistimos constituída a partir da luta pela posse da terra, que se sobrepõe aos desejos individuais de cada sujeito associado a esse movimento social. A formação de quadros não está sendo estimulada somente para a atuação em assentamentos, mas também para suprir as necessidades do MST em todas as instâncias. O desejo de possuir um lugar é um dos referenciais de identificação, além de representar um signo de esperança às gerações presentes e futuras durante o contínuo processo de luta e durante a formação de uma identidade coletiva que supere as diferenças históricas e culturais dos sujeitos. Essa identidade grupal e a consciência política são expressas nas representações sociais e nos seus significados sobre a posse da terra, nos conteúdos presentes em cada uma das dimensões da consciência política e nas experiências de cada sujeito no decorrer da sua existência histórica.

Os conflitos pela posse da terra vêm ocorrendo em praticamente todos os estados e regiões do país. Esse quadro tem transformado a questão dos trabalhadores rurais sem-terra em um verdadeiro problema nacional e, nos últimos anos, as lutas e ocupações se expandem e se intensificam por todos os cantos do vasto território brasileiro.

A incessante multiplicação desses conflitos acabou convertendo o MST no principal protagonista das lutas camponesas no Brasil atual. Essas lutas pela terra não têm sido nada pacíficas: são centenas de mortos e feridos produzidos pelos mais diferenciados enfrentamentos apenas ao longo da década de 1990. Para os membros desse movimento, são dias difíceis e tensos que se têm pela frente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil existem quase 17 milhões de trabalhadores rurais ou, aproximadamente, 4,8 milhões de famílias, sem contar os milhões que foram expulsos do campo, impedidos de produzir e que se aglomeram nas periferias das grandes cidades.

Para nós trata-se de buscar compreender, numa perspectiva histórico-crítica, o que está ocorrendo no campo, qual é a dinâmica de luta, qual é o caráter das organizações que falam em nome dos trabalhadores rurais sem-terra, seus métodos e sua política. Oficialmente, não temos no Brasil uma guerra civil aberta no campo, porém, nos contínuos enfrentamentos, ela se manifesta de forma embrionária ou velada, não pela pouca disposição dos trabalhadores rurais, mas pelo férreo controle que suas direções que almejam uma reforma agrária nos marcos da legalidade produzida pela sociedade capitalista exercem.

Nos últimos anos, no campo brasileiro, vem se desenvolvendo uma série de ações unificadas de diferentes setores dos trabalhadores rurais, nas quais se combinam fortes elementos de guerra civil, conflitos e acirramento da violência. No dia a dia, porém, é pouco provável que arbentem guerras camponesas similares àquelas que explodiram em várias regiões brasileiras em fins do século XIX e início do século XX.

O que está se desenvolvendo é uma sórdida ofensiva dos grandes proprietários de terras, que impulsionam a violência contra aqueles que, na concretude da vida social, contrariam os princípios constituintes da sociedade capitalista. É que o questionamento da propriedade da terra inclui todo o sistema de propriedade, e, portanto, o próprio estado capitalista, o que tem estabelecido o ponto mais crítico da contemporaneidade política brasileira. Esse é o cenário que proporciona o desenvolvimento de perspectivas educacionais ecléticas no interior do MST, inspiradas no marxismo e na práxis de Makarenko e nos valores cristãos e princípios libertadores e emancipatórios de Paulo Freire.

Em alguns momentos, a luta dos trabalhadores rurais influenciou positivamente os movimentos sociais urbanos. Isso ocorreu, por exemplo, numa grande mobilização e manifestação dos trabalhadores rurais sem-terra realizada no mês de abril de 1997, em Brasília. Esse protesto, pela sua pujança e significativa mobilização social, praticamente, abriu uma nova conjuntura nacional favorável aos trabalhadores. Essa influência também é muito grande na esfera educacional, principalmente quando o MST anunciou a inauguração, em 23 de janeiro de 2005, da Escola Nacional Florestan Fernandes, construída na cidade paulista de Guararema em regime de mutirão ao longo de quatro anos, contando com o trabalho voluntário de centenas de militantes de todo o país e pronta para oferecer cursos fundamentais para a formação dos trabalhadores rurais.

As lutas produzidas pelo MST o inserem na categoria daqueles movimentos sociais que, com suas experiências de rebeldia e confronto, se colocam como uma indiscutível presença autônoma diante do poder e do Estado brasileiro. O tema da educação continua recebendo atenção do MST, que destacou no V Congresso Nacional a necessidade de investir em educação e em comunicação. O documento final de 2007 preconizou:

- Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e à universidade pública, gratuitas e de qualidade.
- Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

- Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres.
- Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade, contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.
- Na busca pelo desenvolvimento dos princípios educacionais, o MST produz profundos gestos de reinvenção da própria educação, do seu desenvolvimento como expressão da vontade, da experiência e da ação coletiva e rebelde desses trabalhadores rurais em busca da afirmação dos seus direitos sociais, de sua identidade política e de um lugar na história do Brasil.

## SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MST

### BOX

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é fruto do esforço do MST, que conseguiu reunir instituições e atores políticos no Brasil e no exterior em torno da proposta de educação e de formação política para militantes dos movimentos sociais. Funciona na cidade de Guararema (a 60 quilômetros da cidade de São Paulo no sentido do Rio de Janeiro) desde 23 de janeiro de 2005, tendo sido construída em regime de mutirão ao longo de quatro anos, contando com o trabalho voluntário de centenas de militantes de todo o país e tendo a disposição de oferecer cursos fundamentais para a formação dos trabalhadores rurais organizados pelo MST.

Como afirmam Stédile e Fernandes (2005), referindo-se às tarefas do MST, é necessário “lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância”. A ENFF faz parte do esforço para vencer a ignorância e, para isso, procura desenvolver um trabalho que pretende educar para a liberdade e não para a reprodução de modelos já forjados e praticados, caracterizados pelo professor Alfredo Bosi como “mundo do receituário”, ou seja, o universo escolar como formador de cidadãos prontos para reproduzir os valores vigentes do status quo e não para superá-los.

Nesses tempos em que o modelo dominante de sociedade busca liberdade para o dinheiro e para as mercadorias e que a globalização resultante do processo de unificação de mercados tende a reproduzir situações favoráveis ao capital e desfavoráveis aos trabalhadores, iniciativas que buscam formar cidadãos com capacidade de intervir na realidade são fundamentais para oferecer contrapontos ao neoconservadorismo e às teses do fim da história. Na contramão do sistema, homens e mulheres de diversas partes do mundo conectam-se e se solidarizam em busca de alternativas em todas as áreas.

Em praticamente todas as situações, a educação é lembrada como elemento essencial, seja para melhorar a produtividade dentro do sistema, seja para organizar as novas práticas voltadas à superação do atual modelo e de suas limitações. Educação e escolarização institucionalizadas para a reprodução dos interesses do capital ou de segmentos da sociedade em conflito com tal ordenação do mundo?

Como parte integrante do campo progressista, inclusive na área da educação, a ENFF propõe superar as limitações do atual modelo partindo da análise de experiências de educação popular e de formação política desenvolvidas no Brasil e em outros países. A ENFF é uma escola que pretende educar para o trabalho junto ao povo, educar para repensar a tradição cultural, educar para criar novos valores de solidariedade e, no momento atual, mais do que nunca, pôr em prática o ensino do maior mestre da

educação brasileira, Paulo Freire: educar para a liberdade. As palavras de ordem que abrem esse item do trabalho refletem o espírito que orienta a prática político-pedagógica da ENFF: não basta formar brasileiros que atuam nos movimentos sociais; é preciso ir além e incluir militantes de movimentos de outros países, caracterizando o internacionalismo necessário à superação dos limites impostos pelas regras do sistema atual, que busca liberdade para o capital e para mercadorias, mas não para seres humanos.

**REFERÊNCIAS, OBRAS DE APOIO E INDICAÇÕES COMPLEMENTARES.**

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129019/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>.

BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

GOHN, M. da G. Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

JANES, R. Alfabetização de jovens e adultos em acampamentos e assentamentos da reforma agrária: a autogestão do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Relatório de pesquisa. Marília, 2001. Relatório de pesquisa.

JOÃO XXIII. Enc. Pacem in Terris, 11 de abril de 1963, em AAS 55 (1963), p. 259-260. Conferir em: <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_25071968\\_humanae-vitae.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html)>.

KAY, M. R. Q. Currículo e teoria crítica na proposta de formação do MST. Pulsar: Revista de Educação, São Paulo, n. 1, p. 5-120, out. 2005.

KRISCHKE, P. A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Porto Alegre: L&PM; Cedec, 1985.

LEANDRO, J. B. Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a sua influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão – SP. 2002. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MAKARENKO, A. S. Poema pedagógico Vol. 3. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORIGI, V. A escola do MST: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Carta do 5º Congresso Nacional do MST. Brasília, DF, 15 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/872>>.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, M. A. de. As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

TERRA para Rose. Direção: Tetê Moraes. Fotografia: Walter Carvalho; Fernando Duarte. Brasil: Versátil, 1987. 1 DVD (84 min), colorido.

VENDRAMINI, C. R. Terra, trabalho e educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST. Ijuí: Unijuí, 2000.